

# Musealização em pontos de memória brasileiros

Cristiane Calheiros Lei<sup>1</sup>  
Eliane Cristina de Freitas Rocha<sup>2</sup>  
Álison Valentim de Freitas<sup>3</sup>

## *Musealization at Brazilian memory spots*

### 1- Introdução

Há diversas iniciativas de criação de centros de memória comunitários no Brasil. Algumas delas merecem destaque, como aquelas ligadas aos Pontos de Memória - instituições criadas para resgate da memória de comunidades, nascidos do Programa homônimo, que, por sua vez, surgiu em 2009, articulado a duas políticas públicas brasileiras: Programa Mais Cultura, do Ministério da Cultura, e o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania – PRONASCI. Os pontos de memória são definidos pelo Instituto Brasileiro de Museus [IBRAM] como

núcleos de iniciativa comunitária constituídos de forma autônoma em relação ao poder público, geridos de forma participativa pelas próprias comunidades, para a identificação, pesquisa e promoção de seu patrimônio material e imaterial, e que utilizam metodologias da museologia social visando ao reconhecimento e à valorização de sua memória coletiva (IBRAM, 2017).

Os Pontos de Memória se construíram com o Estado e a sociedade civil, por meio do emprego das ferramentas da Museologia Social (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS INTERAMERICANOS [OEI], 2016). Quando o programa foi criado, onze territórios foram contemplados, sendo que dois deles já contavam com iniciativas de resgate de memórias - Rio de Janeiro e Porto Alegre - e os demais foram catalisados pelas ações capacitadoras do IBRAM - oficinas e visitas técnicas realizados entre os anos de 2009 e 2011 nos denominados pontos pioneiros: Museu de Favela -MUF (Rio de Janeiro, RJ); Beiru (Salvador, BA), Brasilândia (São Paulo, SP), Coque (Recife, PE), Estrutural (Brasília, DF), Grande Bom Jardim (Fortaleza, CE), Jacintinho (Maceió, AL), Lomba do Pinheiro (Porto Alegre, RS), Terra Firme (Belém, PA), São Pedro (Vitória, ES), Sítio Cercado - Museu de Periferia (MUPE) (Curitiba, PR) e comunidade do Taquaril (Belo Horizonte, MG).

---

1 Centro de Memória do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais: BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BR, Graduação em museologia, UFMG, Graduação em medicina veterinária, UFMGS  
<https://orcid.org/0000-0002-9809-7896>, E-mail: cristianelei1969@gmail.com

2 Professora da Escola de Ciência da Informação (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG); Doutora em Ciência da Informação (UFMG); Mestre em Comunicação Social (UFMG).  
<https://orcid.org/0000-0002-4606-016X>, E-mail: prof.lili.rocha@gmail.com

3 Coordenador do Museu Mineiro: BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BR; Doutorando em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Mestre em Design pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); Museólogo graduado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Arquiteto Urbanista graduado pela PUC/Minas. <https://orcid.org/0009-0002-1646-1031>, E-mail: alissonvalentim@gmail.com

Nota: Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio à realização da pesquisa que originou esta publicação.

Embora o IBRAM tenha envidado esforços tanto para consolidar iniciativas de pontos de memória, quanto para orientar e sistematizar a metodologia para construção de tais instituições, tais como a publicação da referência “**Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social**” (OEI, 2016), ainda há lacunas acerca do entendimento do processo de musealização destas entidades. Nesta direção, este artigo pergunta quais são os processos de musealização envolvidos na criação destes espaços, objetivando discutir o que e como se musealiza nos denominados pontos de memória pioneiros. Toma-se a musealização, alinhada à Nova Museologia, como um processo dinâmico de apercepção e atribuição de valor museal e/ou patrimonial às práticas sociais e culturais cotidianas dentro ou fora de espaços museais (Santos, 2002). Para cumprir este objetivo, o caminho metodológico incluiu trabalho de revisão bibliográfica narrativa sobre os processos de musealização e pesquisa bibliográfica específica a respeito dos pontos de memória, a qual resultou na recuperação de poucos artigos, monografias, dissertações e teses que foram objeto de leitura e análise, com resultados apresentados na seção 2 deste artigo. Diante da carência de referenciais bibliográficos, foi realizada uma pesquisa documental em materiais audiovisuais, entendendo documentos como registros de atividades realizadas pelos pontos de memória: foram recuperados registros audiovisuais sobre o processo de criação dos pontos pioneiros, no Youtube e Instagram, de 9 dos 12 pontos de memória pioneiros, dispostos no quadro 1. Os registros foram objeto de transcrição, interpretação e análise de conteúdo, com apoio do software Atlas TI. Os resultados da pesquisa documental entraram em diálogo com os resultados da pesquisa bibliográfica, sendo apresentados também na seção 2 deste artigo.

QUADRO 1 - Registros audiovisuais analisados na pesquisa

Pontos representados	Participantes dos pontos de memória presentes no vídeo	Referência
Ponto de Memória do Jacintinho (AL), autointitulado “Museu Cultura Periférica”	Uma das líderes do Ponto	Ess_temmemória (2021a)
Terra Firme (PA) Estrutural (DF) Lomba do Pinheiro (RS)	Sete representantes mulheres em papel de liderança e articulação dos Pontos	Ponto de Memória Terra Firme (2021b)
Grande Bom Jardim (CE)	Três homens em papel de liderança e articulação do Ponto	Almeida (2013)
Ponto de Memória Terra Firme (PA)	Três homens e duas mulheres participantes e articuladores do Ponto	Ponto de Memória Terra Firme (2021a)
Ponto de Memória do Taquaril (MG)	Um líder do Ponto.	Ess_temmemória (2021b)
Grande Bom Jardim (CE) Taquaril (MG) Beiru (BA) Terra Firme (PA)	Três homens e duas mulheres em papel de liderança e articulação dos Pontos.	Ponto de Memória Terra Firme (2020)

Ponto de Memória da Estrutural (DF)	Uma mulher líder do Ponto	Saber Museu (2019)
Ponto de Memória da Estrutural (DF)	Uma mulher líder do Ponto	PONTOS (2011)
Ponto de Memória da Estrutural (DF)	Uma mulher líder do Ponto	Agência Brasília (2018)
Museu de Favela - MUF (RJ)	Um homem participante do Ponto	Museu de Favela Muf [MUF] (2019a)
Ponto de Memória São Pedro (ES)	Dois homens em papel de liderança do Ponto	TV Cecaes (2010)
Museu de Favela - MUF (RJ)	Uma mulher participante do Ponto	Museu de Favela Muf [MUF] (2019b)
Museu Beira da Linha do Coque (PE)	Quatro homens em papel de articulação e liderança do Ponto	Museu da Beira da Linha do Coque (2015)

Fonte: Dados da pesquisa. Nota: a maioria dos participantes presente nos registros audiovisuais teve papel protagonista e foi nominalmente citado na publicação do IBRAM sobre pontos de memória pioneiros (OEI, 2016).

## 2- Musealização em pontos de memória

### 2.1 - Memória, cultura e lutas: para que um museu?

Para que exista o ponto de memória em base comunitária, é necessário convocar a vontade da comunidade ou do grupo através de um processo de sensibilização em torno da importância do resgate da memória e da história, para que seja formado um conselho deliberativo para criação e gestão dos pontos. Tanto na pesquisa bibliográfica quanto documental sobre os pontos de memória, o foco no resgate das histórias e memórias, especialmente associada à ideia de um museu tradicional, não se apresentava para as comunidades. As ações instrumentalizadas para a implementação de iniciativas populares de memória foram pensadas a partir da relação simbólica, dos usos e apropriações sociais e urbanas de cada comunidade por meio da pesquisa-ação de maneira cooperativa e participativa, com o auxílio de especialistas.

A existência anterior de mobilização facilitou a formação de um conselho deliberativo logo no início do processo de concepção de um Ponto de Memória na comunidade Lomba do Pinheiro (OIE, 2016) e da Grande Bom Jardim (Almeida, 2013). A mobilização da comunidade para formação do Ponto de Memória Grande Bom Jardim (CE) aconteceu na prática cotidiana e a concepção do conselho gestor incorporou à sua formação moradores e membros das organizações comunitárias locais (Almeida, 2013).

Uma das líderes do Museu Cultura Periférica (Jacintinho, AL), (Ess\_temmemoria, 2021a) conta que desde o início do processo de implementação do ponto de memória, houve o cuidado de chamar todas as lideranças comunitárias do bairro do Jacintinho, lideranças das grotas presente no bairro e lideranças de microterritórios, além de grupos culturais, grupos esportivos, coletivos de hip-hop e lideranças, inclusive, de outros bairros. Devido à ausência de recursos financeiros e problemas de disponibilidade, nem todos puderam continuar assiduamente, mas participaram esporadicamente em reuniões que demandam maior engajamento.

O Ponto de Memória da Grande São Pedro foi organizado por lideranças locais que não tinham muita experiência prévia de mobilização e isso foi visto por eles como uma desvantagem uma vez que os outros espaços “já partem das ONGs montadas, já com experiência” (TV Cecaes, 2010). Desta forma, a sensibilização do espaço foi realizada de forma mais direta entre os líderes da comunidade, os coletivos, os moradores e o IBRAM através de um seminário sobre os pontos de memória que aconteceu concomitantemente a uma pequena exposição com fotos e documentos que contavam um pouco sobre a história local (OIE, 2016).

No MUPE, o processo de sensibilização iniciou-se por meio de uma roda de histórias proposta pelo IBRAM com os organizadores do Museu da Maré e do MUF para ouvir seus relatos acerca da experiência já em curso nestes lugares (Pereira, 2018). O IBRAM realizou ainda uma oficina chamada “Museu, Memória e Cidadania” ministrada pelo museólogo Mário Chagas. A partir de então, várias reuniões aconteceram periodicamente para produção de conceitos para o ponto de memória.

É preciso ressaltar que a proposta do Pontos de Memória Pioneiros do IBRAM chegou a comunidades que majoritariamente já dispunham de mobilização social, ou seja, eram locais articulados para questões culturais e políticas de ações afirmativas, mas não havia, em geral, um trabalho de memória social (Ponto de Memória Terra Firme, 2020). Problemas como abastecimento de água (Lomba do Pinheiro, Porto Alegre), altos índices de analfabetismo, (Estrutural), e remoção e ocupação do espaço urbano (Bairro do Coque; Estrutural; Jacintinho; Grande Bom Jardim) levaram os moradores destes lugares a se organizarem para suplantar as dificuldades através da conscientização de que a união fomenta o alcance de resultados, tornando a articulação social uma ferramenta potente no trato com as autoridades e acesso às políticas públicas.

Mesmo quando nós não tínhamos o reconhecimento do Estado, não estávamos, não tínhamos um Ponto de Memória, Brasília toda, pela nossa luta, já sabia que éramos um povo politizado. Um povo que lutava pelo direito. Um povo que sabia o que queria. Porém, a gente lutava desconectado. (Ponto de Memória Terra Firme, 2021b).

Em Belém, a mobilização dos moradores no Bairro da Terra Firme data dos anos de 1980 quando houve a aproximação e apoio do Museu Goeldi, uma reconhecida instituição científica, ao trabalho realizado pela comunidade. A formação do Ponto de Memória da Terra Firme se apoiou e cresceu no ativismo das figuras femininas que aderiram à causa (Ponto de Memória Terra Firme, 2021a). O Museu Lomba do Pinheiro já pensava e realizava atividades em torno da memória local antes de integrar o Projeto Pontos de Memória e seu processo de sensibilização iniciou-se a partir das lideranças comunitárias responsáveis por associações de moradores e por outras formas de organizações sociais que convidaram a população local a se inserir nesse projeto de educação patrimonial (Ponto de Memória Terra Firme, 2021b). A sensibilização do Ponto de Memória da Estrutural, em Brasília, aconteceu por meio de seminários e rodas de memória denominadas Café com Memória, o primeiro deles foi promovido com a presença dos líderes iniciais do movimento social da Estrutural. É uma região de alta concentração feminina, o que acabou por se refletir em sua maior participação nas instâncias deliberativas (Carvalho, 2019).

Como se pode observar as estratégias de sensibilização dos pontos não seguiram a uma padronização, ocorrendo em conformidade às realidades locais. O processo museal não precisa ser tecnicamente sofisticado e caro. Ele se adapta bem a comunidades relativamente pobres, porque conta com recursos locais e essencialmente com a energia humana (Varine, 2015). São muitas as possibilidades para mobilizar a comunidade, entre elas podemos citar os seminários, as rodas de memória, os debates, as exposições, as rodas de conversa, cartas e as oficinas. Essa diversificação ainda inclui iniciativas como a realização de uma gincana sobre a história do bairro

junto aos grupos culturais da região (Ponto de Memória Terra Firme, 2020) e a presença em feiras e eventos culturais, com exposição de fotos e proposta de dinâmica com o público desses locais (Ess\_temmemoria, 2021a).

O IBRAM teve papel de conduzir as ações de políticas públicas no campo museal em 2009, e contribuiu, para a capacitação dos pontos no que diz respeito às metodologias e tecnologias para que os mesmos pudessem lidar com a memória: “a parceria do IBRAM ampliou nossa compreensão conceitual e política né transferindo conceitos operadores, tecnologias sociais e nos conectou a uma comunidade de irmã em nível Nacional” (Ponto de Memória Terra Firme, 2020). Além disso, fomentou a valorização das comunidades envolvidas, que se sentiram prestigiadas ao serem selecionadas para fazerem parte do Programa Pontos de Memória (Ponto de Memória Terra Firme, 2021a; Ponto de Memória Terra Firme, 2020).

## **2. 2 - Território, memória e história: o quê e como musealizar?**

A metodologia para o desenvolvimento de um Ponto de Memória considera as inúmeras narrativas de seus constituintes na construção do trabalho de identificação e registro dessas experiências numa ação conjunta que ocorreu inicialmente entre corpo técnico do IBRAM e comunidade numa prática que ultrapassa a simples inventariação patrimonial da comunidade, mas que leva a comunidade a se apropriar e pensar em sua memória e identidade, uma vez que é responsável pela escolha do que preservar levando à redução da distância entre o sujeito e a ação, dando ao primeiro a possibilidade de reconhecer e se aproximar do seu patrimônio, e ao mesmo tempo, também ser objeto de estudo. Isso produz no indivíduo, e conseqüentemente na comunidade, o sentimento de empoderamento através do processo de conscientização de que o seu patrimônio é singular, e como tal, deve ser reconhecido e documentado.

eu fiquei empoderada para chamar todas as pessoas na sede e começar a fazer as rodas de conversa, roda de memória. [...] E foi muito bom porque com isso começamos a conhecer todos e as pessoas começaram a conhecer o Ponto de Memória e também a conhecer o Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro. E nesse meio tempo, a comunidade também se sentiu valorizada, porque na roda de conversas, as pessoas idosas, elas podiam contar sobre os chás, as benzeduras, tudo que podiam fazer, os artesanatos. E elas se sentiam que alguém está lá não dá ouvidos a elas (Ponto de Memória Terra Firme, 2021b).

A falta, ou a presença diminuta, de um acervo institucional não precisa se interpor como um problema nos museus comunitários. Segundo Varine (2015) esses espaços podem ou não ter objetos e documentos em suas coleções, mas não deve residir aí seu objetivo principal. Quanto mais dinâmica for a forma de preservação e a conservação dos acervos, mais rica será a experiência. No Taquaril, a comunidade em sua totalidade é apreendida como um território de memória. A memória aqui é entendida como algo dinâmico que se move com a população. “Nem todo ponto de memória tem necessidade de ter uma sede, um lugar de referência para dizer o quanto de memória ele possui” (Ess\_temmemoria, 2021 b).

A musealização requer processos e a extroversão do patrimônio comunitário exige metodologias mais participativas e reflexivas. Segundo Duarte (2013, p. 114):

A ideia de que o museu deve representar a sociedade na diversidade dos subgrupos que a compõem conduz e sustenta uma ampliação da noção de objeto museu. Este passa a incluir também uma cultura material do cotidiano, de um passado, mais recente e de classes e grupos étnicos antes tendencialmente não contemplados. [...] De forma compreensível, a ênfase se desloca da apresentação de objetos

isolados e “únicos” para representações que procuram atender e elucidar os contextos socioculturais nos quais os significados dos objetos são gerados.

O MUF é bom exemplo dessa importância territorial nas ações de musealização. Fundado por moradores do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, da cidade do Rio de Janeiro, surgiu antes do Programa Pontos de Memória. A opção por se tornar um museu de território foi fundamentada na intenção de musealizar saberes, fazeres e experiências de seus moradores através da promoção de seus conhecimentos e do reconhecimento do seu território como um bem a ser valorizado transformando-o em lugar turístico cultural para desmistificação da favela como local de violência e pobreza na motivação da comunidade pelo, desejo de memória, de trabalhar a integração do território segundo ações que valorizem a memória local por meio do turismo como uma das ferramentas que agregam e atraem valor para o fortalecimento cultural do morro, além de incentivo à geração de renda, formação dos jovens e movimentação das dinâmicas sociais na comunidade. (Pereira, 2020, p.119).

A questão da geração de renda e movimentação social e cultural da comunidade não são questões acessórias para o museu comunitário, de acordo com Considera (2015), e como também se verifica em diversos pontos de memória (Ponto de Memória Terra Firme, 2021b), tais como Beiru, Jacintinho, MUF. O MUF, por exemplo, considera como seu patrimônio o enorme e complexo acervo vivo que engloba os cerca de 20 mil moradores que vivem em seu território museal e ainda o patrimônio natural que compreende a Mata Atlântica e a vista da cidade do Rio de Janeiro (Santos, 2017, p.550). A partir da proposta de musealização do território criou-se o projeto Circuito Casas-Telas onde a arte retrata a memória da favela nas paredes de suas casas e a Laje Cultural do Museu de onde é possível se avistar as lindas paisagens da cidade.

O Museu Lomba do Pinheiro é outro espaço que trabalhou a musealização do seu território. Ainda em 2009 firmou uma parceria com a UFRGS quando implementou-se o projeto de extensão universitária “Lomba do Pinheiro: memória, informação e cidadania”. Após integrar o projeto Pontos de Memória ocorreram oficinas de educação patrimonial e produção de textos. A partir de então, formou-se uma equipe de mediadores para o inventário e ação participativa (Santos, 2017, p.510). Durante o processo de inventariação ficou estabelecido que os bens imóveis seriam registrados dando origem a um catálogo em formato de mapa, intitulando o espaço como um museu de percurso, (Silva, 2012, p.4).

Com o desenrolar das ações, o MUPE enfrentou restrições técnicas e uma parceria com o Museu da Maré, através da intervenção do IBRAM, proporcionou a realização de uma oficina que abrangeu temas como montagem e concepção de exposições que fomentaram valores ao processo de construção da primeira exposição do espaço (Pereira, 2020, p.239). Em 2013, o museu fez um convênio com a Universidade Federal do Paraná para a formalização de um projeto de extensão intitulado “Contando 37 histórias de nossa gente: Museu de Periferia e Educação Histórica” que possuía como objetivo a elaboração e digitalização dos documentos do acervo. Durante as rodas de memória, designadas como Café da Memória, as pessoas além de compartilharem suas vivências, também dividiram documentos, fotos e outros materiais que ajudaram na composição do acervo do espaço. Foram executadas oficinas de expografia e atividades lúdicas junto às escolas da região e exposições itinerantes sobre a história do local foram montadas para ajudar na sensibilização da comunidade (Pergoraro, 2018).

No Ponto de Memória da Estrutural, o desenvolvimento do inventário participativo teve como foco inicial a produção de registros que contam a história do local e das pessoas da

comunidade através de rodas de memória. A primeira dessas ações foi a Oficina de Patchwork onde membros da comunidade aprenderam a costurar uma colcha de retalhos e durante a atividade vários temas transversais sobre museologia foram sendo inseridos na conversa. Após a produção dos registros foi necessário fazer a inventariação do material recolhido. Para isso, o museu desenvolveu uma parceria com a UNB que resultou num projeto de extensão chamado “Conservação do acervo do Ponto de Memória da Estrutural”, que ofereceu oficinas cujos conteúdos abrangeram higienização, conservação, registro fotográfico e inventariação do acervo (Carvalho, 2019, p.318).

Parcerias constituídas com Universidades e outras iniciativas museais foram muito importantes para o desenvolvimento das ações instrumentadoras de musealização nos Pontos de Memória. A atuação dessas instituições, algumas vezes intermediadas pelo IBRAM, proporcionou conhecimento e tecnologias necessárias para que os espaços consigam respaldo para realização de seus projetos. Essas articulações através de parcerias são significativas pois além de estarem relacionadas a dimensão política dos espaços, ainda “representam a correlação de forças, domínio de conhecimentos, metodologias próprias, aspectos que impactam necessariamente e na autonomia dos grupos e nos movimentos acerca dos processos que pretendem desenvolver.” (Pereira, 2020, p.239).

A escolha da narrativa é um passo importante na construção do contexto museal. No Grande Bom Jardim a primeira exposição trouxe a preocupação em pensar a luta social dos moradores, mas também de levar os elementos naturais e a religiosidade para dentro do espaço.

Nós compreendemos que tudo que existe no território não caiu de paraquedas, é fruto de lutas da resistência do povo e das suas organizações. Trabalhamos com arte, ofícios e afazeres, né. Nós demos visibilidade aos artesãos locais. Nós trabalhamos com os elementos naturais da palha da carnaúba. Então, a gente trouxe os elementos culturais naturais do território para esse debate público e em 2015 nós inauguramos a terra de todos os credos na grande Bom Jardim de onde viemos, onde a gente trouxe a importância das religiosidades no território para a formação do espaço social urbano e da territorialidade Grande Bom Jardim (Ponto de Memória Terra Firme, 2020).

Para realização do inventário participativo, seis jovens da comunidade foram selecionados para fazer o trabalho, por meio de seleção em dois editais. Foi necessária a realização de capacitação, “35 horas de formação em metodologia de pesquisa; 34 horas de fotografia básica; 70 horas de cartografia comunitária” (Almeida, 2013).

O Ponto de Memória da Grande São Pedro estimulou a formação de rodas de conversas e produziu seminário e oficinas de formação e capacitação de pessoas da comunidade para contribuir no inventário participativo. Foi feito um documentário sobre a formação do bairro para estimular a participação da coletividade no processo, o mesmo objetivo tinham as intervenções em escolas (Pereira, 2018, p.251). Aqui, a opção foi por ter um espaço itinerante “a ideia é tirar o museu parado onde você entra e tá tudo morto, tudo no seu lugar, que você não pode interagir com esse museu e levar esse museu para dentro das casas das pessoas, para dentro dos bairros das pessoas, das ruas, dos morros, né” (TV Cecaes, 2010).

O Museu Cultura Periférica também escolheu a itinerância, mas por instalações que envolvem não somente o bairro, mas a cidade. A premissa é dar visibilidade a memória do bairro sem ferir o olhar do outro. Gerando, assim, uma dinâmica de aproximação e acolhimento. A memória do bairro é sempre contada a partir dos processos biográficos dos moradores (Ess\_temmemória, 2021a).

### 2.3 - Memória de quem? Conflitos e confrontos de narrativas

A memória individual e a memória coletiva são importantes dimensões do processo de musealização. Para Considera (2015), apoiando-se em Halbwachs e Ricoer, a memória individual e coletiva não são sinônimas de história. A memória é viva e diz respeito à identidade individual e coletiva, enquanto a história estabeleceria uma ponte entre o passado e o presente. A história só faz sentido em relação com o presente. Considera (2015) propõe, com Ricoer, que os museus sejam constituídos do jogo entre a memória e a história: “Em outras palavras, os museus são vistos como depositários da memória, para que um dia, quando a lembrança do passado se fizer necessária, os objetos representantes deste passado possam ajudar a despertar a memória” (Considera, 2015, p. 149). Os museus se colocariam no jogo entre aquilo que se quer imortalizar e o sentido histórico daquilo, especialmente nos museus populares:

Os museus representativos de pequenas comunidades ou grupos sociais, surgem a partir da “vontade de memória”, e por isso apresentam algumas características peculiares: o espaço do museu passa a ser re-significado e torna-se um espaço múltiplo de participação popular [...]. São instituições dinâmicas, com seus conflitos de poder e de “incessante metamorfose”, garantindo o direito à memória.[...] Nos museus comunitários principalmente, o direito à memória é também o direito à liberdade de expressão; de construção de memórias que lhes são convenientes a cada momento (Considera, 2015, p. 155).

De acordo com Halbwachs (2013) um indivíduo que lembra é inserido e habitado por grupos de referência; a memória é sempre construída coletivamente, visto que as lembranças reportam relações sociais e são moldadas a partir de um princípio comum e noções compartilhadas, ainda que seja uma ação do sujeito individual. A memória é um trabalho de reconhecimento e reconstrução, uma vez que não é uma repetição linear de acontecimentos, e sim um resgate desses acontecimentos dentro de um contexto espaço-temporal, por isso, é preciso um mínimo de concordância entre as memórias dos indivíduos para que elas possam se complementar, formando um patrimônio comum. O trabalho da memória social realizado nos Pontos de Memória podem ter sua importância entendida sob duas óticas: como um marco territorial do resgate histórico da construção coletiva para promoção da autoestima da comunidade e também como juiz do valor da contribuição individual de cada morador.

Na exposição tinha uma parede inteira, que foi forrada com cópias do diário oficial como se fosse um papel de parede com o nome das pessoas. Aleatoriamente as pessoas chegavam, achava seu nome, eu achei o meu, não foi de propósito, todo mundo chegava lá e ficava procurando o nome, foi lindo, foi uma iniciativa muito importante porque quem achava seu nome falava, foi importante, foi dando pra entender então a museologia, olhar um para a vida do outro, se preocupar um com o outro é importante, para a sociedade é importante para a nossa história, pra mim, contar a minha luta (Agência Brasília, 2018).

De acordo com uma das líderes do Museu Cultura Periférica (Jacintinho/AL) (Ess\_temmemoria, 2021) a memória não era um recorte trabalhado por eles em Maceió, mas foi agregada pelo grupo que participou do 1º Encontro Teia da Memória, realizado em Salvador. Ela ressalta que a política pública de direito à memória possibilitou trabalhar a memória como fator de inclusão e transformação social e que a vontade de memória dos moradores proporcionou uma inquietação pertinente em relação àqueles que sempre falaram por eles. O



critério utilizado para a escolha dos locais de implantação dos Pontos de Memória baseado no baixo índice de desenvolvimento humano e na alta taxa de violência (Pereira, 2018, p.116), incomodou parte dos moradores destes bairros pois foi considerado segregador uma vez que eles não se sentiam definidos pelo violência da periferia. Os Pontos de Memória trazem a perspectiva de que a periferia é um local vivo onde as pessoas constroem suas casas e suas memórias, protagonizando seu próprio discurso diferente daquele mostrado pelo Estado e pela mídia e que reivindicam o direito de contar a sua história sem atravessadores.

A grande questão é, a partir de qual momento as nossas vozes serão também escutadas? Quando a periferia vai poder contar sua história a partir do seu olhar e não do olhar da grande mídia? Não no olhar das desigualdades? Porque essa história é a história da falta, é o local que falta tudo, é falta de saneamento básico, falta infraestrutura, falta segurança pública, falta escola, falta (Ess\_temmemória, 2021b).

Uma das líderes do Museu Cultura Periférica (Jacintinho-AL) (Ess\_temmemoria, 2021a) ressalta a importância da apropriação da palavra museu pelos espaços, visto que originalmente, segundo José do Nascimento Júnior (Santana, 2020, p.92), não havia essa intenção no programa Pontos de Memória, “a ideia era de arejar a política museológica. Não era tornar os espaços em museus”. Adjetivar os pontos de memória como museu, para a representante do Jacintinho, perpetua a diversidade de narrativas e a inclusão de outras vozes na construção da história. O Ponto de Memória do Jacintinho se chama Museu Cultura Periférica, não se limitando ao território geográfico proposto pelo PRONASCI, mas abarcando o movimento cultural periférico de Maceió.

A criação e manutenção dos Pontos de Memória é marcada por conflitos que envolvem questões geográficas, identitárias, assim como político-partidárias. Por tratar de uma dinâmica que possui muitos agentes, os espaços lidam com problemas que afetam sua organização. O Ponto de Memória da Estrutural, criado a partir de reivindicações dos moradores da Vila Estrutural, no Distrito Federal, pelo direito à cidade, reflete como os acordos com o governo local geraram tensões. A ausência de infraestrutura e programas sociais fez com que os moradores pressionassem os governantes para que algumas medidas fossem tomadas, somado a isso havia um conflito interno que envolvia o lixão situado no local. Muitos moradores o possuíam como fonte de renda, mas ele afetava diretamente o Parque Nacional, vizinho ao espaço. A presença de representantes de diferentes partidos políticos na comunidade, devido a sua proximidade com o plano piloto, impuseram ainda mais densidade às discussões. As rodas de memória promovidas entre os moradores para o compartilhamento de suas recordações sobre a vila acabaram por amenizar os conflitos surgidos (Agência Brasília, 2018) conferindo à memória o seu sentimento de pertença.

A concepção dessas iniciativas populares de memória não aconteceu sem as dificuldades de conciliação que um trabalho de gestão coletiva e participativa exige: “Democracia é uma coisa muito difícil [...]. Trabalhar coletivamente, eu tenho noção, exige muito mais tempo e muito mais desprendimento das suas vontades em prol de uma vontade coletiva” (Ess\_temmemória, 2021a).

Ainda que a união das comunidades transformem as reivindicações na busca de um bem comum, cada grupo dentro de um mesmo espaço possui particularidades que podem gerar pontos de tensões. Mesmo que vivenciem uma problemática comum, conflitos se instalam. No Ponto de Memória Museu Mangue do Coque, as disputas internas conduziram a uma ruptura entre os participantes levando a formação de um outro espaço denominado Museu da Linha do Coque resultado das discordâncias na forma de como os processos museais foram conduzidos pelo IBRAM (Santana, 2020).

Lugares de memória são interpostos por relações de poder que naturalmente abarcam conflitos e confrontos de narrativas. Segundo Santos (2017, p.255) “As experiências são válidas, mesmo que haja conflitos já que a gestão comunitária dos patrimônios locais por essas experiências museológicas (...) possuem o potencial de contribuir com a construção de sua autonomia e determinação”. Não se pode esquecer que um dos aspectos estratégicos à concepção de uma identidade territorial é o da construção histórica dos moradores bem como o sentimento de pertencimento gerados a partir dessas práticas e experiências que servirá como instrumento de estratégia nas relações com o Estado no processo de participação, atingindo metas para a formação do espaço cidadão (Oliveira, 2010, p. 89, apud Santana, 2020, p.66).

### 3. Considerações finais

O processo de musealização envolvido na criação dos Pontos de Memória requer a convocação da vontade de memória de comunidades, vontade esta despertada quando as comunidades se tornam conscientes da importância da memória para o presente das pautas de suas lutas cotidianas. Tal processo não é rígido e padronizado, requer criatividade e convocação de vontades, respeito às diferenças e singularidades dos grupos que compõem as comunidades, para que exista a constituição de um espaço que não necessariamente está em uma sede territorial como num museu tradicional. Ações de sensibilização e capacitação são importantes para o despertar desta vontade, com metodologia participativa, sendo várias delas realizadas muito fortemente pelo IBRAM nos anos iniciais da implementação do Programa Pontos de Memória. Os pontos se constroem como museus-processo em que o que se prioriza não é a formação de coleções, mas a relação da comunidade com o seu território e suas lutas. O caminho é atravessado por conflitos entre os membros internos e também externos à comunidade, para fazerem valorar as narrativas em torno das memórias comunitárias e seus ganhos.

### REFERÊNCIAS

- Almeida, A. (2013). Inauguração-Ponto de Memória Grande Bom Jardim - Programa Pontos de Memória IBRAM. [Vídeo 39 min]. Obtido de: [https://www.youtube.com/watch?v=-AvQrZ1eC-4&ab\\_channel=AdrianoAlmeida](https://www.youtube.com/watch?v=-AvQrZ1eC-4&ab_channel=AdrianoAlmeida).
- Agência Brasília (2018, 22 de janeiro). Maria Abadia - coordenadora do Ponto de Memória da Estrutural. Agência Brasília. [Vídeo 3 min]. Obtido de: [https://www.youtube.com/watch?v=X7p-YMKxpeo&ab\\_channel=Ag%C3%AAnciaBras%C3%ADlia](https://www.youtube.com/watch?v=X7p-YMKxpeo&ab_channel=Ag%C3%AAnciaBras%C3%ADlia)
- Carvalho, S.K.P. (2019). Luta, resistência e conquista: a extensão universitária no Ponto de Memória da Estrutural, Distrito Federal. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 8(16), 310–329. DOI:<https://doi.org/10.26512/museologia.v8i16.27327>.
- Considera, A. F. (2015). Direito à Memória e Museus. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 4(8), 147–157. <https://doi.org/10.26512/museologia.v4i8.16909>.

- Duarte, A. (2013). Nova museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora, *Revista Museologia e Patrimônio*, 6 (2), p. 99-117.
- Ess\_temmemória. (2021, 22 de janeiro). *Live Ponto de Memória do Jacintinho*. [Vídeo 59 min]  
Obtido de <https://www.instagram.com/p/CKXI1dcn-Z/>. a
- Ess\_temmemória. (2021, 20 de janeiro). *Live Ponto de Memória do Taquaril*. [Vídeo 82 min].  
Obtido de <https://www.instagram.com/p/CKSCJfJH7Su/> e [https://www.instagram.com/p/CKR\\_PVvH4f3/](https://www.instagram.com/p/CKR_PVvH4f3/). [Vídeo 82 min]. b
- Ferreira, R. A. (2011, 3 de maio). Ponto de Memória (Estrutural - DF) - III Conferência de Cultura do DF. [Vídeo, 1 min]. Obtido de:  
[https://www.youtube.com/watch?v=PVtZXTuF2SE&ab\\_channel=RafaelAyanFerreira](https://www.youtube.com/watch?v=PVtZXTuF2SE&ab_channel=RafaelAyanFerreira).
- Halbwachs, M. (2013). *A Memória Coletiva*. (2ª ed), Centauro.
- Instituto Brasileiro de Museus. (2017). *Ibram institucionaliza Programa Pontos de Memória*.  
<http://www.museus.gov.br/portaria-do-ibram-institucionaliza-o-programa-pontos-de-memoria/>> Recuperado em 3 jan. 2020.
- Museu da Beira da Linha do Coque (2015, 10 de maio). Museu da Beira da Linha do Coque por dentro. [Vídeo, 19 min]. Obtido de:  
[https://www.youtube.com/watch?v=ibwVci7n3pE&t=1032s&ab\\_channel=MuseudaBeiradaLinhadoCoque](https://www.youtube.com/watch?v=ibwVci7n3pE&t=1032s&ab_channel=MuseudaBeiradaLinhadoCoque).
- Museu de Favela Muf. (2019, 1 de agosto). Apresentação por Sidney Silva. 2019. [Vídeo, 2 min]. Obtido de: <https://www.youtube.com/watch?v=HAuTmFjqD8>. a
- Museu de Favela Muf (2019). Apresentação. [Vídeo, 1 min]. Obtido de:  
[https://www.youtube.com/watch?v=YReUotHVM4U&ab\\_channel=MuseudeFavelaMuf](https://www.youtube.com/watch?v=YReUotHVM4U&ab_channel=MuseudeFavelaMuf). b
- Organização dos Estados Ibero-Americanos. (2016) *Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social*. Phábrica.
- Pegoraro, V. M. (2018). *Museu de Periferia-MUPE: possibilidade de uso de documento em estado digital para o ensino de história na Rede Municipal de Ensino de Curitiba*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal do Paraná.
- Pereira, M. R. N. (2018). *Museologia decolonial: Os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal*. [Tese de Doutorado], Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Pereira, M. R. N. (2020). Política Pública de Direito à Memória: apontamentos sobre a trajetória do Programa Pontos de Memória. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 9 (17), 111-128.
- Ponto de Memória Terra Firme (2020, 1 de dezembro). *Roda de conversa Pontos de Memória: História viva e cultura em movimento – MemorArte*. [Vídeo, 96 min]. Obtido de:

[https://www.youtube.com/watch?v=k0Toyx4IApA&ab\\_channel=PontodeMem%C3%B3riaTerraFirme](https://www.youtube.com/watch?v=k0Toyx4IApA&ab_channel=PontodeMem%C3%B3riaTerraFirme).

Ponto de Memória da Terra Firme. (2021, 4 de março). *Roda de Memória*. [Vídeo, 35 min].

Obtido de:

[https://www.youtube.com/watch?v=BrknW\\_c3mol&ab\\_channel=PontodeMem%C3%B3riaTerraFirme](https://www.youtube.com/watch?v=BrknW_c3mol&ab_channel=PontodeMem%C3%B3riaTerraFirme). a

Ponto de Memória Terra Firme. (2021, 5 de março). *Saberes dos Pontos de Memória*. YouTube. [Vídeo, 70 min]. Obtido de :

[https://www.youtube.com/watch?v=Q1uWv023CQU&ab\\_channel=PontodeMem%C3%B3riaTerraFirme](https://www.youtube.com/watch?v=Q1uWv023CQU&ab_channel=PontodeMem%C3%B3riaTerraFirme). b

Santana, R. (2020) *Memória e resistência: do Instituto Brasileiro de Museus aos Museus Comunitários do Coque*. [Dissertação de Mestrado], Universidade Federal de Pernambuco.

Santos, M. C. T. M. (2002). Estratégias museais e patrimoniais contribuindo para a qualidade de vida dos cidadãos: diversas formas de musealização. *Cadernos de Sociomuseologia*, 18(18). Obtido de

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/364>

Santos, S. S. (2017) *Ecomuseus e Museus Comunitários no Brasil: estudo exploratório de possibilidades museológicas*. [Tese de Doutorado], Universidade de São Paulo.

Saber Museu. (2019, 18 de dezembro). Entrevista com Maria Abadia Teixeira (Ponto de Memória da Estrutural – DF). [Vídeo, 16 min]. Obtido de:

[https://www.youtube.com/watch?v=t47sL\\_sADXc](https://www.youtube.com/watch?v=t47sL_sADXc).

Silva, C. F. (2012). Inventário Participativo e Percurso Cultural no Ponto de Memória Lomba do Pinheiro: do desenvolvimento metodológico a ação educativa. *Museu da Língua Portuguesa*. Obtido de [https://museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Inventario-Participativo-e-Percurso-Cultural-Claudia-Feijo\\_Lomba-do-Pinheiro.pdf](https://museudalinguaportuguesa.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Inventario-Participativo-e-Percurso-Cultural-Claudia-Feijo_Lomba-do-Pinheiro.pdf)

TV Cecaes. (2010, 24 de maio). Ponto de Memória em São Pedro, ES. [Vídeo, 3 min]. Obtido de [https://www.youtube.com/watch?v=67cz8GB4jYo&ab\\_channel=tvcecaes](https://www.youtube.com/watch?v=67cz8GB4jYo&ab_channel=tvcecaes).

Varine, H. (2015). O museu comunitário como processo continuado. *Cadernos do CEOM*, 7(41), 28-31.